

Ciência e modernidade na arquitetura da casa económica republicana (1910-1933)

ELISEU GONÇALVES

Universidade do Porto, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

ABSTRACT

Na história da habitação social em Portugal pode-se delimitar um primeiro ciclo que fecha nos anos trinta onde foi previamente discutido o grau de intervenção da administração central na resolução do défice de habitação digna, em simultâneo com a construção de um conjunto diverso de soluções que funcionaram como modelos a testar contra as *ilhas* ou os *pátios*. Por um lado, a denominada “casa barata” começou a ser observada como um importante instrumento político no quadro das lutas de poder e de controlo social, por outro, continuou a ser entendida como um activo imobiliário apetecível integrado na complexa malha de interesses económicos tecida ao redor da produção residencial urbana. Apesar das operações conduzidas neste período dominado pela Primeira República terem sido episódicas e insignificantes face às necessidades habitacionais do país, algumas não deixaram de ter a sua relevância histórica enquanto balões de ensaio no laboratório positivista que foi o universo do republicanismo.¹ Alguns bairros foram autênticos condensadores do complexo debate herdado de Oitocentos que, sustentado no cientificismo,² procurava por essa via a reforma ordeira e progressista da sociedade para, entre outras, resolver a denominada *Questão social* onde estava incluído o problema do alojamento das classes trabalhadoras.³

Face aos ritmos do progresso social e técnico-científico das primeiras décadas, a habitação económica constituir-se-á como um dos programas mais sensíveis na síntese entre tradição, história e modernidade. No âmbito disciplinar da Arquitectura, a valorização económica, social e cultural da nova habitação, e os seus particulares condicionalismos técnicos e formais, redireccionou em muitos casos o *modus operandi* do arquitecto e o interesse profissional por outros temas até então adjacentes ao problema maior do *estilo*. Nesse processo de transformação do campo operativo da Arquitectura, um dos aspectos que importa referir é sobre a regulação e normalização dos gestos impostas pela racionalidade higienista colocando em jogo o binómio *Arte* e *Ciência*. Deste modo, é objectivo geral do presente texto contribuir para uma leitura de alguns bairros económicos anteriores a 1933 centrada no efeito internacional da *Higiene* considerada enquanto saber científico e programa de valores. Em particular, tendo em vista um esclarecimento mais preciso sobre a respiração moderna que se sente no final dos anos vinte, o documento estrutura-se em duas partes que compreendem, respectivamente, a definição das acções de controlo impostas ao desenho da casa económica, e o uso de um léxico formal, tendencialmente depurado e diáfano, determinado pela triangulação entre *Arte*, *Economia* e *Higiene*.

1 Sobre a ideia de republicanismo em Portugal, ler, por exemplo, CATROGA, Fernando, “O Republicanismo Português (Cultura, história e política)”. In Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto, III Série, vol. 11, - 2010, pp. 95-119

2 GARNEL, Maria Rita Lino (coord.) – “Corpo: Estado, medicina e sociedade no tempo da I República”. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010, p. 8

3 Veja-se a observação do historiador Rui Ramos quando afirma ser o problema da habitação um importante sinal da “questão social”. In, RAMOS, Rui - A Segunda Fundação. MATTOSO, José, coord. - História de Portugal. Vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 211

INTRODUÇÃO

A campanha de descrédibilização da República conduzida pela Ditadura após o golpe militar de 1926 e, em particular, a de propaganda às “Casas Económicas” do Decreto-lei 23.052 de 23 de Setembro de 1933, acalentaram uma construção histórica de tábula rasa onde o Estado Novo teria inscrito a sua política de habitação social. Não obstante esta propensão na leitura generalista do desenvolvimento das políticas de habitação em Portugal – à qual escapam, por vezes, os “bairros sociais” da Primeira República – sobretudo alguma micro-historiografia não deixou de evidenciar, por exemplo, o debate higienista e de economia social gerados ao redor da precariedade do alojamento das classes pobres, e que se foi intensificando em Portugal a partir da última década de Oitocentos à medida que o republicanismo ganhava influência e poder político. Antes da implantação da República o tema das habitações económicas estava presente em várias áreas de intervenção cívica e política, nomeadamente através da imprensa. O engenheiro Mello de Mattos (1856-1915) fomenta, na revista *A Construção Moderna*, um conjunto de reflexões sobre as questões técnicas, projectuais e financeiras que a casa operária colocava; Lino de Carvalho (1859-1926), um dos raros arquitectos empenhados no debate das casas baratas e da sua higiene, publicou entre outros títulos, “Povoações Salubres” e “Considerações sobre a higiene da habitação”;⁴ Caeiro da Matta (1877-1963), deputado pelo Partido Regenerador, lançou em 1909 o livro “Habitações Populares”.⁵

Também no parlamento, vários estudos tinham sido elaborados por comissões especializadas para dar suporte às iniciativas legislativas que, invariavelmente, esbarravam na maioria liberal. A República implantada em 1910 retomará algumas das linhas anteriormente discutidas tomando-as como orientadoras para o seu programa de construção de bairros sociais concretizado a partir de 1918. Ao contrário do quadro legal de 1933, fortemente vinculado a formas arquitectónicas preconcebidas, ideologicamente instrumentalizadas e facilmente reproduzíveis; a produção no primeiro terço de novecentos foi diversa, provavelmente gozando da liberdade permitida pela falta de uma visão integradora da administração central republicana e, ainda, porque associada a um determinismo de ordem local. Por vezes, encontra-se na diversidade dos conjuntos, sob as humildes e contraditórias formas, uma autenticidade e um pulsar moderno que decorre do facto de terem sido projectados a partir de um programa claro adequando a boa construção ao baixo custo e “porque se construyó desde la economía del gesto, supeditando la originalidad a la utilización de elementos normalizados”.⁶ A irregularidade que se observa nas arquitecturas dos bairros económicos deste período pode, porventura, ter resultado de várias perturbações “modernas” pois, como notou José-Augusto França, os “padrões oitocentistas prolongaram-se, ou transbordaram para o século XX”⁷ tornando difuso o nascimento do conceito de modernismo nas primeiras décadas. Sobre o problema historiográfico do “moderno”, França, dirá mais tarde que:

[...] entre nós, «moderno» hesitou sempre entre uma maneira de ser (modo) e uma maneira de fazer (moda), relativas ambas ao que é actual, de agora, ou de há pouco [...] Por conseguinte, há que atender na maneira como foi assumido no «modernismo» português, nas suas várias fases e pelos seus diversos proponentes e utentes.⁸

O atrás referido João Lino de Carvalho - sócio fundador da Sociedade dos Architectos Portugueses – ao noticiar o 1^o Congrès International d'Assainissement et Salubrité de l'Habitation de 1904 (Paris), confessava que o tema das casas baratas “é bem complexo, mas muito interessante e momentoso o problema desta secção III: construção regularmente sólida, simples mas elegante, perfeitamente salubre

4 CARVALHO, Lino de - *Construção Moderna. Povoações Salubres*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1905

5 MATTA, Caeiro da - *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909

6 SAMBRÍCIO, Carlos - “Introducción”. In, SAMBRÍCIO, Carlos, coord. - *Un siglo de vivienda social (1903-2003)*. Tomo I. Madrid: Editorial Nerea, 2003, p. 26

7 FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*. Volume II. Lisboa: Bertrand Editora, 1990 [1966], p. 359

8 FRANÇA, José-Augusto - *O modernismo na arte portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora, 1991 [1979], p. 93

e, como condição especial, de preço relativamente barato”.⁹ Ainda sobre o tema, declarará mais tarde que “na actualidade harmonizar a arte e a higiene com a economia é de facto o mais interessante problema que se impõe ao arquitecto”.¹⁰ Fixemo-nos assim nesta triangulação entre “arte”, “higiene” e “economia”, para lançar algumas hipóteses de leitura dessa respiração moderna que se sente em algumas propostas.

ARQUITECTURA, HIGIENE E ARTE

Na passagem do século XIX para o XX, os maiores aglomerados urbanos encontravam-se à beira da ruptura ambiental por causa dos fortes desequilíbrios provocados pela expansão industrial. O excesso demográfico, a desadequação infra-estrutural ou a saturação residencial dos centros propiciaram surtos pestilentos graves, facto que forçou um apertado controle físico e moral como acção maior de segurança da saúde pública. No caso do alojamento dos estratos sociais mais numerosos, Roger-Henri Guerrand demonstrou em *Les Origines du Logement Social en France, 1850-1914* que importantes conquistas para a melhoria das suas condições de vida foram possíveis graças à forte organização associativa dos higienistas e do seu uso de métodos quantitativos de leitura do real que colocaram numa relação de causalidade directa as altíssimas taxas de mortalidade e a insalubridade urbana.¹¹ O impacto deste tipo de observações na sociedade daquela época despoletou em vários sectores respostas firmes para a reforma da cidade. A ambição em tornar a cidade higiénica implicou a reorganização dos serviços administrativos directamente envolvidos, a inclusão nas equipas de trabalho de novas áreas de conhecimento, a regulação de alguns hábitos e rituais dos cidadãos, e uma modernização material abrangente, ligada à engenharia sanitária urbana e doméstica, à arrumação funcional do espaço público e das diversas actividades produtivas e residenciais. Por via da imperiosa necessidade de cultivar hábitos sadios e anular as zonas insalubres mais perigosas, as autoridades ver-se-ão compelidas a transformar rapidamente alguns espaços procrastinados, nomeadamente, aqueles directamente relacionados com o alojamento do operariado.

A habitação das classes pobres nas zonas urbanas era observada de diversos ângulos com impacto mediático distinto. Do ponto de vista sanitário, os resultados das inspecções aos bairros indigentes do Porto e de Lisboa levados a cabo pela mão de médicos e engenheiros sanitários apontavam esses lugares como potenciais focos de doenças pestilentas capazes de colocar em risco todo o organismo urbano. Tratava-se de uma percepção científica da condição de insalubre decorrente da reforma higienista iniciada pelo Estado português em finais de Oitocentos que provocou a reorganização administrativa e a consolidação de um novo quadro legal com impacto directo no planeamento urbanístico, na regulamentação construtiva e, conseqüentemente, no desenho da casa operária. Personagem incontornável desta reforma impulsionada pelo médico Ricardo Jorge (1858-1939), terá sido o engenheiro Augusto Pinto de Miranda Montenegro (1829-1908) que, a partir de 1903, presidiu ao Conselho dos Melhoramentos Sanitários (CMS), organismo afecto ao Ministério das Obras Públicas. Entre 1903 e 1905, através do CMS foram elaborados vários inquéritos de salubridade que prepararam o terreno para o lançamento de legislação especialmente vocacionada para a regulação edificatória. Para além dos relatórios do trabalho de campo desenvolvido, Augusto Montenegro assinou outros títulos, nomeadamente *Condições de Habitação* (1904) e *Bairros Operários* (1903), destacando-se *A Higiene nas Habitações* (1901) que tinha como objectivo “compilar, em termos simples e práticos, as medidas mais importantes que os higienistas modernos aconselham aos que se propõem edificar prédios urbanos”.¹² Este último texto corresponderá à letra da lei promulgada dois anos depois: o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (RSEU).¹³

9 CARVALHO, Lino de - “A Habitação”. In *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Anno I. MCMV. Lisboa: Typographia do Commercio, 1905, p. 58

10 CARVALHO, Lino de - “A Habitação”. In *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1908, p. 25

11 GUERRAND, Roger-Henri - *Les Origines du Logement Social en France, 1850-1914*. Paris: Éditions de la Villette, 2010 [1987], p.147

12 MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda - “A hygiene das habitações”. In *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa: Tomo XXI, nº 370 a 372, 1900, pp. 399 - 417

13 *Diário do Governo*, nº 53, 09 de Março de 1903, pp. 790-792. Este regulamento será divulgado com texto comentado na secção “Legislação das Construções” da revista *A Construção Moderna* a partir do nº 9 (Anno VII) de 10 de Outubro de 1906

É provável que os fundamentos teóricos que suportaram aquela parte mais científica do regulamento - a que impõe valores mensuráveis, laboratoriais, como a cubicagem de ar dos compartimentos ou a área de superfícies de vãos - se apoiavam em conhecimento adquirido internacionalmente. Tratava-se de informação precisa, suportada pelas ciências laboratoriais e pela estatística, discutida em diversos congressos e divulgada por um conjunto de revistas e monografias técnicas. Os Congrès International d'Hygiène et de Démographie foram frequentados por algumas personalidades portuguesas importantes, como é exemplo João Lopes da Silva Martins, médico, em 1894 relator do congresso realizado em Budapeste.¹⁴ Particularmente útil para a compreensão da legislação portuguesa de 1903 é a análise ao décimo encontro realizado aquando da Exposição Internacional de Paris de 1900.¹⁵ Na diversidade dos tópicos abordados sublinha-se o debate em torno da questão da salubridade e do saneamento da casa, integrado na secção Salubrité: Sciences de l'Ingénieur et de l'Architecte Appliquées à l'Hygiène. Os estudos Assainissement intérieur des maisons reliées à l'égout public; règles essentielles et moyens d'en assurer l'observation e Règles générales d'Hygiène à observer dans la distribution, l'aération permanente et la décoration intérieure des maisons d'habitation", instruíram o tópico do relatório final, L'Habitation à la Ville, que atribuiu certas especificidades à La Maison à Loyer:

Que todos os compartimentos habitáveis da casa devem ser "visitados pelo sol" ou serem largamente iluminados naturalmente, de tal forma que não haja obstáculos num ângulo superior a 45° formado com a linha do horizonte;

A casa deve ser elevada sobre caves bem ventiladas com pavimento bem impermeabilizado sendo que o rés-do-chão será sempre sobrelevado;

Os compartimentos habitáveis que compõem o fogo terão dimensões proporcionadas ao uso, mas o seu volume de ar não será jamais inferior a 30 ou 40 metros cúbicos;

Será garantido um fluxo de ar que no centro desses compartimentos ficará estabilizado entre os 12 e os 15° de temperatura;

- As latrinas, independentemente do sistema de esgoto adoptado, terão pelo menos 2 metros quadrados de área e devem estar isoladas e afastadas quanto possível dos compartimentos habitáveis podendo-se admitir uma antecâmara ventilada.

Todas estas considerações tomaram estudos efectuados na segunda metade do século XIX, particularmente o Nouveaux Éléments d'Hygiène. Première Partie: Sol, Eau, Atmosphère, Habitation¹⁶, influente compêndio de Jules Arnould cujo sucesso atravessará o século. Explorando as últimas investigações da Termodinâmica e da Bioquímica o médico francês transpôs o problema da renovação do ar dos espaços habitáveis para um conjunto de premissas tomando o ácido carbónico como indicador da viciação atmosférica. O tratado haveria de ser referenciado em Portugal por algumas dissertações

14 João Lopes da Silva Martins (1866-1945), médico e político ligado ao Partido Republicano Democrático. Em 1909, responsável pela 13ª Cadeira - Hygiene - da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Em 1894 foi relator do Congresso Internacional de Higiene e Demografia realizado na Hungria. No "Capítulo VIII" aborda-se a "Higiene das Cidades" discutindo-se o melhor sistema para tratar os esgotos; no "Capítulo II", são resumidas as discussões em torno das "habitações dos pobres", das "bases para a organização da estatística profissional" ou, ainda, do "regime mutualista no mundo operário". O discurso sobre as casas operárias não passará despercebido pelo médico: "O Estado deve conceder empréstimos garantidos às municipalidades e às associações de classe, quer inteiramente sem juro, quer com uma taxa extremamente módica, a fim de que elas promovam a construção de casas para os pobres". Esta parte do relatório indica as figuras tutelares de Bertillon, o chefe do serviço estatístico de Paris, e Cacheux, o engenheiro dedicado a construção de bairros operários, concluindo com as proposições votadas pela "6ª secção de demografia": 1º. Que o Estado forneça habitações salubres e baratas para as classes pobres; 2º. Que seja investigada a relação entre as condições da habitação e o desenvolvimento de doenças infecciosas mediante fichas de análise rigorosas. Cf. MARTINS, João Lopes da Silva - Relatório do Congresso Internacional de Hygiene e Demographie. 8ª Sessão. Buda-Pesth, 1894. Lisboa: Imp. Nacional, 1897, pp. 207-210

15 Ainda que nesta mostra internacional tenham estado patentes no pavilhão de Ventura Terra a melhor produção nacional, no contexto deste trabalho, deve ser destacado um anónimo expositor português referenciado no Relatório do júri do "Groupe de l'Économie Sociale" relativo à "Classe 106" - exposição de alojamento operário. As várias secções dessa exposição dividiam-se por tipos de promotores: Administração Pública (Estado ou Municípios); Obras de Industriais; Sociedades Filantrópicas ou Comerciais; Sociedades de Propaganda do Movimento das "Habitations à Bon Marché"; Iniciativas Particulares de Propaganda. Ainda que não premiada, sabe-se ter sido assinalada uma qualquer solução do que se fazia em Portugal em matéria de habitação operária, provavelmente exposta ao lado de projectos de arquitectura nesse ano medalhados, como a conhecida Cité Ouvrière da fábrica Noisiel (Île de France) ou a de Crespi d'Adda (Milão) do industrial Benigno Crespi. In LEBON, Maurice - Exposition universelle internationale de 1900, à Paris. Groupe de l'économie sociale. Rapport au nom du jury de la classe 106. Paris: Société Française des Habitations à Bon Marché, 1900, p. 37 e 77

16 ARNOULD, Jules - Nouveaux Éléments d'Hygiène. Première Partie: Sol, Eau, Atmosphère, Habitation. Paris: Librairie J.B. Baillière et Fils, 1900 [1881]

apresentadas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto como é o caso de José Rodrigues Braga que o cita nos *Subsídios para a hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, aguas e remoção de Imundícies* de 1894, partilhando o mesmo referencial experimental sobre a quantidade máxima do referido ácido por volume de ar: 25 metros cúbicos por indivíduo.¹⁷ Este dado e os seus corolários estabeleceram, longe dos interesses imobiliários especulativos, uma argumentação irrefutável sobre o dimensionamento mínimo do espaço habitável que se alastrou a outras componentes do desenho da casa. Naquilo que diz respeito ao seu impacto na habitação operária em Portugal sublinha-se a maior percentagem dos rasgamentos no opaco das paredes de modo a responder à regra de um décimo da superfície, a elevação do pavimento térreo para facilitar a ventilação, o aumento dos pés-direitos, ou a generalização na aplicação de novos materiais e pormenorização de paredes e caixilharias.¹⁸

Para além destas condicionantes práticas veiculadas pelo RSEU, assistiu-se a um novo quadro de validação do projecto de arquitectura sujeitando as soluções a processos construtivos secos, incorporação de mecanismos de ventilação mais complexos, à pormenorização de carpintarias, à utilização de paramentos especiais com materiais não porosos complementados com peças acessórias côncavas e convexas, ou um maior cuidado na orientação solar. Christian Moley afirma que neste período a "norma" tornou-se verdadeiramente operante na concepção do alojamento sendo constantemente reelaborada na longa duração por processos interactivos. Mais que regulamentação foi uma doxa que estabeleceu relações entre a cultura e os agentes envolvidos na construção da habitação e da cidade, fossem projectistas, organismos particulares ou a administração pública.¹⁹ No âmbito do desenho da habitação a normativa de índole higienista deu uma racionalidade numérica a certos elementos arquitectónicos atribuindo-lhe um cariz científico similar ao que a ciência dos materiais havia dado às novas soluções estruturais de betão ou aço.²⁰ O condicionamento higiénico foi determinante na formação de um outro referencial espacial, funcional e material, onde predominou o utilitarismo com novas relações estéticas a serem exploradas entre composição e construção.

Numa aproximação às alterações que foram introduzidas no exercício da arquitectura, é revelador o arquitecto-engenheiro Émile Trélat (1821-1907), director da École Spéciale d'Architecture, cuja obra foi amplamente lida em Portugal com alguns dos seus textos a terem merecido tradução em revistas da especialidade.²¹ Dessa produção sublinha-se o livro *La Salubrité* de 1899 que introduziu definitivamente o tema da salubridade dos espaços no meio académico e profissional contribuindo para um maior

17 BRAGA, José Rodrigues - Subsídios para a hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundícies. Porto: Escola Médico-Cirúrgica do Porto/ Typografia Peninsular, 1894, p. 42

18 Precisa-se que o regulamento de 1903 colocou aos projectistas restrições de vária ordem, nomeadamente:

- a) Que a altura mínima entre pisos não fosse inferior a 3,25 metros no rés-do-chão e primeiro andar; 3,00 no segundo; 2,85 no terceiro e 2,75 nos sucessivos (artigo 6º);
- b) O pavimento do rés-do-chão devia ter uma camada impermeabilizada ou formar uma caixa-de-ar com 60 centímetros de altura (artigo 9º);
- c) O desenho da caixa de escada deveria garantir a introdução de luz natural no interior da construção e simultaneamente permitir a renovação do ar;
- d) As janelas deveriam ser amplas para darem entrada ao ar e à luz, tendo pelo menos um décimo da superfície do pavimento do quarto [compartimento habitável] com um mínimo de 0,8 [metros quadrados] nos quartos de dormir (artigo 11º);
- e) A obrigatoriedade de em cada domicílio existir pelo menos, e de forma independente, uma latrina adjacente e uma pia de despejo independentes;
- f) Possibilidade de instalar latrinas interiores desde que fosse assegurada janela com área de 30 x 60 centímetros de preferência no fundo do corredor;
- g) Possibilidade de existência de pátios interiores desde que, no caso de prédios com menos de 18 metros de altura, tivessem 30 metros quadrados de área com os lados a medirem no mínimo 5 metros (artigo 19º);
- h) O volume de ar nos quartos de dormir correspondia a 25 metros cúbicos por utilizador tendo obrigatoriamente ligação directa ao exterior (artigo 13º);
- i) As construções em terrenos desnivelados deviam garantir na fachada mais desfavorável 2 metros de altura acima da cota do passeio mais alto sendo que no caso de terem mais que um piso essa dimensão podia decrescer até 1 metro de altura (artigo 18º).

19 MOLEY, Christian - *L'Architecture du Logement. Culture et logiques d'une norme héritée*. Paris: Economica/Anthropos, 1998, p. 11

20 Veja-se todo o desenvolvimento de modelos de cálculo numérico que se processou durante o século XIX, rematando com o uso complexo e intensivo das estruturas de betão armado na abertura do novo século.

21 Veja-se a este propósito o texto Émile Trélat, "Aquecimento e arejamento das habitações", publicado em vários números da revista *Engenharia e Architectura* em 1893 (Vol.II, nº19, pp. 146 - 148; Vol. II, nº24, pp. 190-191; Vol. II, nº 35, pp. 273-276), traduzido do original publicado na *Revue d'hygiène et de police sanitaire*, nº 8, 1886. Esta revista francesa, onde se concentram muitos dos ensaios sobre a habitação operária de personagens estruturadoras ligadas ao movimento higienista, contava com correspondentes em Portugal: nesse período a responsabilidade era do professor de Higiene, Silva Amado, da "Faculté de Médecine de Lisbonne".

entrosamento dessas problemáticas na prática projectual da arquitectura:

*Les ressources scientifiques auxquelles elle fait appel, la multiplicité des efforts qu'elle réclame ont fait de l'Hygiène, comme l'a dit Paul Bert, le carrefour de toutes les sciences. Médecins, physiologistes, physiciens, chimistes, ingénieurs, architectes, industriels, tous se sont unis pour alimenter les recherches et accroire les découvertes. Pasteur lui-même a mis à leur service ses travaux et son génie. L'ensemble de ces riches acquisitions, on ne peut s'en étonner, est aujourd'hui très dispersé. J'ai voulu précisément ordonner, isoler et mettre à part, dans ce grand sujet, ce qu'on doit appeler la SALUBRITÉ*²²

Para Trélat a prática da arquitectura devia incluir no seu corpo de conhecimento a compreensão dos principais fenómenos ligados à salubridade, nomeadamente o ar, a luz, o calor, a água e o solo. Com Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e outros, Trélat opôs-se à orientação pedagógica seguida na École des Beaux Arts, o que conduziria à fundação em 1865 da École Centrale d'Architecture²³ (École Spéciale d'Architecture), cujo curriculum académico, multidisciplinar, centrado no estudo de edifícios utilitários e económicos, tinha como objectivo aproximar a prática projectual aos requisitos da sociedade industrial. Neste quadro, a "ciência da higiene" será leccionada no curso das construções civis e da composição tendo como um dos alvos o desenho de bairros operários. A negligência da academia por estes programas ligados às necessidades produtivas e de habitação evidenciava um problema disciplinar maior que vinha sendo discutido desde meados do século e que decorria da negação da comunhão de saberes entre Arte e Indústria, o que impedia a Arquitectura de se inscrever no "réel quotidien" onde estava a tão reivindicada habitação operária.²⁴

Podemos elencar meia dúzia de arquitectos influentes que a partir deste tipo de conhecimento avançado provocaram uma reforma científica da casa económica. Conforme nos refere Michael Browne a propósito de Henry Roberts (1803-1886), estes "architecte[s] sanitaire[s] – un spécialiste, créé, pour ainsi dire, par les découvertes des médecins, et par leur appréciation correcte de la forte influence exercée par des agents locaux dans la cause des maladies", estabeleceram a figura do "architecte scientifique".²⁵ Esta observação é relevante para introduzir um problema epistemológico que transitará para o século XX sobre o entendimento da Arquitectura entre Art de génie ou Art mécanique? Esta dialéctica conduziu a um reenquadramento disciplinar típico dos primeiros tempos de reacção entre a academia e a vanguarda centrado na redefinição do valor artístico da arquitectura opondo a excepcionalidade da obra fundada no cânon clássico à racionalidade construtiva, a possibilidade da sua 'reproduzibilidade técnica' e a sua função social.

Para terminar esta triangulação entre arquitectura, higiene e arte, socorremo-nos do episódio extensamente relatado em 1906 na revista portuguesa A Construção Moderna sobre o concurso para a construção de um bairro filantrópico em Paris promovido pela Fundação Rothschild e ganho por Augustin Rey (1864-1934).²⁶ Rey, que no ano seguinte substituirá Émile Trélat no Conseil Supérieur des Habitations à Bon Marché, segundo a publicação, era um "arquitecto particularmente conhecedor das questões operárias [que] compreendeu a imensa importância social destes trabalhos e a influência que podiam exercer no estrangeiro"²⁷. A apreciação focou-se sobre a ventilação dos espaços, a organização mínima do fogo e a depuração das formas empregues do seguinte modo:

22 TRÉLAT, Émile - La Salubrité. Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1899, [s.p.] Este livro foi consultado para este trabalho no Instituto Fundação Marques da Silva - fundo documental pertencente ao arquitecto Marques da Silva; encontramos-lo também citado em vários textos da época.

23 Esta escola foi inicialmente suportada por eminentes figuras como Eugène Viollet-le-Duc e Henri Labrouste (1801-1875) ou, os desconhecidos Anatole de Baudot (1834-1915) e Émile Muller (1823-1889), este último figura destacada no movimento das cités ouvrières francesas.

24 GUERRAND, Roger-Henri - "Un art nouveau pour le peuple et les «Habitations à bon marché»". In CHAMBELLAND, C., coord. - Le social aux prises avec l'Histoire. Volume 3. Paris: CEDIAS, 1991, p.165

25 Citação extraída da introdução à reedição de Micheal Browne do livro, ROBERTS, Henry - Des habitations des classes ouvrières. Leur composition et leur construction avec l'essentiel d'une habitation salubre. Édition revue et augmentée de 1867. Paris: Éditions L'Harmattan, 1998 [1867], p. X

26 Augustin Rey adere em 1906 à Société française des habitations à bon marché depois de chefiar a equipa de projecto para o estudo de casas económicas formada pela Fundação Rothschild.

27 Revista A Construção Moderna. Nº 195, Volume VII, Agosto de 1906, p. 21

Para acentuar ainda a circulação do ar, que é a vida, a própria saúde do alojamento, dispôs o Sr. Rey as escadas de uma maneira particular. Dão lugar estas simples disposições a um arejamento super abundante e devem ser registadas pelos higienistas como um progresso real. Também se devem apontar neste projecto, tão minucioso e pensado, as cozinhas, cujas disposições ao mesmo tempo muito simples estão estudadas até nas suas minúcias. [As] fachadas muito simples sem moldura alguma são contudo muitíssimo alegres, graças à hábil disposição dos grupos, às proporções elegantes de cada pormenor.²⁸

Em complemento, é indispensável escutar os elogios do júri oficial que, centrados na inventiva e nos sinais de progresso da solução, não deixaram de colocar a tónica das suas palavras na necessidade dos arquitectos se adaptarem às condicionantes sociais, técnicas e estéticas impostas pelo novo programa:

[O arquitecto] C'est un artiste, on lui accorde. Donc il n'est bon que pour les hautes sphères où l'on s' imagine que l'art évolue. Un artiste pour construire des maisons d'ouvrier? À quoi bon! Ils vont dépenser en ornement, en toitures de chalets suisses, en tourelles, créneaux et autres fadaises les fonds, forcément restreints, dont ils disposeront, mais ils ne feront pas «du pratique».²⁹

A tensão que se estabelece entre velhas e modernas práticas perante este novo tipo de habitação evidencia a inadequação instrumental e, por outro lado, a desconsideração dos círculos conservadores pela habitação barata. Foi um problema que o já citado Lino de Carvalho tentou resolver mantendo na agenda a Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Director do Grupo Economia Social, Higiene, Assistência Pública da Inspeção Geral dos Serviços da Secção Portuguesa da Exposição Universal de 1900, Lino de Carvalho, a propósito da criação do Conselho Superior de Higiene da Habitação (Ministério das Obras Públicas) lamentava-se da exclusão dos arquitectos naquela recente organização. Na carta enviada ao governo a denunciar a situação pode-se ler:

O arquitecto, realizando o seu ideal de Arte na vivenda opulenta, não descarta mas até com dedicação de apóstolo se ocupa do grande problema da habitação operária. E só lhe interessa, aí, a estética? Não. Ele sabe bem da sua importância económica e higiénica, e, em toda a sua complexidade, têm sempre encarado este problema os arquitectos de todos os países. [...] Uma missão desta natureza não só representaria, pois, um injustificado desprestígio para a nossa classe como um prejuízo para a boa solução deste problema para a qual a mesma classe tão utilmente tem contribuído.³⁰

Salvo duas ou três excepções, o interesse académico e profissional dos arquitectos portugueses sobre o desenho das casas baratas era quase inexistente. Este facto histórico denota o quanto a sociedade havia afastado os arquitectos deste novo programa de habitação emergente e urgente. A eloquência do grande desenho ensinado nas academias havia cunhado a profissão de um saber caprichoso desenquadrado quanto à necessidade de construções rápidas e simples. Pelo menos era essa a certeza no interior dos grupos sócio-profissionais especialistas em casas baratas: reformadores sociais, médicos e engenheiros. Sobretudo, denunciava-se a formação neoclássica endereçada à grande encomenda pública e à clientela endinheirada, imprópria à obra desornamentada. Quando a Sociedade dos Arquitectos se manifestou em prol dos interesses gerais da classe, argumentava que a presença dos arquitectos em tal causa impunha a dignificação da casa operária pois "o utilitarismo que orienta as ideias modernas encontra nas artes um dos seus melhores cooperadores; e assim é que a Arquitectura, sem abandonar as suas tradições de arte ornamental e monumental se integrou neste movimento".³¹

28 Idem, p. 21

29 Texto oficial do júri citado em, FARGE, Laurent, coord. - Les Concours publics d'architecture - Revue Mensuelle, IX Année. Paris: Librairies-Imprimeries Réunies, 1906, p. 3

30 "Casas baratas- Representação ao Governo". In Anuario dos Architectos Portuguezes. Ano IV, MCMVIII. Lisboa: Typographia do Commercio, 1908, p.18

31 Idem, p.17

1930. RESPIRAÇÃO MODERNA NO DESENHO DA CASA ECONÓMICA

O arquitecto Henry Provensal (1868-1934) havia obtido o segundo prémio no concurso de Rothschild atrás citado. Georges Teyssot, a propósito dessa competição, dá nota³² de uma coincidência entre um texto que Provensal escreve no seu livro de 1908, "L'Habitation Salubre et à Bon Marché" e uma famosa frase de Le Corbusier. No capítulo "L'Esthétique de la Maison" Provensal afirma que a forma da casa deve ser "l'expression dans l'espace d'un état statique de la matière, représentatif des besoins agglutinés".³³ Acrescentando:

*[...] un goût sûr, un doigté habile, car, ici, le détail disparaît, les masses seules comptent. Les volumes seuls offrent des combinaisons multiples et variées auxquelles l'architecte demandera l'expression caractéristique. C'est dans la répartition savante des cubes et leur pénétration avec d'autres volumes, qu'il cherchera à faire jouer les masses lumineuses.*³⁴

O arquitecto francês irá questionar na construção de casas económicas a própria ossatura estrutural, a utilização à vista de novos materiais como o betão, o uso dos processos industrializados, para além de insistir numa inventiva ligada à ventilação, à disposição das zonas de água e acessos, enfim, à configuração da célula mínima. Para alargar a leitura, refira-se que Henry Provensal enquanto estudante foi colega de Marques da Silva em 1891 na academia parisiense.³⁵ Também, quatro anos antes de editar o livro atrás citado havia escrito "L'Art de demain", onde ensaiou um novo destino para a arquitectura alicerçado na abstracção da forma e no uso de volumes cúbicos luminosos.

Esse texto foi lido pelo jovem Charles-Édouard Jeanneret (Le Corbusier) em 1905 sob conselho do seu professor Charles L'Eplattenier (1874-1946) quando frequentava os últimos anos da L'École d'Art de La Chaux-de-Fonds.³⁶ Estas posições de Provensal vinham influenciadas pelo pensamento de alguns círculos intelectuais de Paris que desde o início do século cultivavam a ideia de uma arte nova para o povo.³⁷ A propósito da perda da arte primitiva e da renovação e democratização das artes decorativas, o poeta e médico Henri Cazalis escreveu que "L'hygiène déjà, une branche encore de l'esthétique - car la santé, la propreté sont nécessairement des conditions essentielles de la beauté [...] Mais je demande plus: je voudrais partout ce que nous voulons en nos intérieurs, un peu d'élégance, de beauté, avec la salubrité et avec le confort".³⁸

A normativa edificatória de origem sanitaria foi gradualmente convertendo-se num programa de valores – o higienismo, o qual ajudou à emancipação de formas diáfanas, brancas e politicamente engajadas. Paul Overly responsabiliza o movimento higienista pelas características neutras e científicas da Neues Bauen³⁹ e, em geral, pela geometria das formas simples, grandes envidraçados, terraços, superfícies brilhantes, dos primeiros modernos, fazendo coincidir pela similitude do seu desenho casas e sanatórios. Será este referencial de tendência higienista, tutelado por personagens tão distintas como Walter Gropius (1883-1969) ou Robert Mallet-Stevens (1886-1945), onde podemos inscrever o Efémero Modernismo referido por Nuno Portas na Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal⁴⁰.

32 TEYSSOT, Georges – "The Disease of the Domicile". In *Assemblage*. Nº 6, Jun 1988. Cambridge: The MIT Press, 1988, p. 94

33 PROVENSAL, Henry - *L'Habitation salubre et à bon marché*. Paris: Librairie générale de l'Architecture et des Arts décoratifs, 1908, p. 79

34 *Idem* p. 79

35 CARDOSO, António - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1992, p. 73

36 BROOKS, H. Allen - *Le Corbusier's Formative Years: Charles-Edouard Jeanneret at La Chaux-de-Fonds*. Chicago: The university of Chicago Press, 1997, p. 27

37 Destaca-se a personalidade esotérica do médico Henri Cazalis (1840-1909) cuja obra literária sui generis abarca estudos sobre William Morris com incursões laterais à obra de Ruskin. Para além do livro sobre a questão das Habitations à Bon Marché, sob o pseudónimo de Jean Lahor, em 1901 edita a obra *L'Art Nouveau* dedicada a Félix Mangini (1836-1902), filantropo, criador do primeiro sanatório popular francês e de bairros de habitações operárias em Lyon.

38 *L'Art Nouveau au point de vue social*, in LAHOR, Jean - *L'Art Nouveau*. Paris: Lemerre éditeur, 1901, p.92

39 OVERLY, Paul – *Light, Air and Openness. Modern architecture between the wars*. London, Thames & Hudson, 2007

40 PORTAS, Nuno - "A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal". In ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*. Volume II. Lisboa: Arcádia, 1973

Após o final dos anos vinte emergem na cena nacional as primeiras propostas alinhadas com os movimentos internacionais do Esprit Nouveau e da Bauhaus. No interior dos condicionalismos culturais e tecnológicos do país, alguns jovens arquitectos desenvolvem uma obra abstracta e funcionalista contra a linguagem figurativa dominante e a estética monumentalizadora do Estado. Até então, verifica-se uma produção ecléctica de matriz clássica por via da formação na academia parisiense, mas contaminada por um utilitarismo fortemente ajustado ao programa e às inovações técnicas. As formas arquitectónicas dos bairros construídos pelo Estado, saídas das mãos de arquitectos que haviam frequentado a École des Beaux-arts, distanciam-se das formas bucólicas internacionais predominantes nas garden-cities que se apresentavam como modelo urbano. Por exemplo, a arquitectura mais monumental do Bairro do Arco do Cego ou da Ajuda, em Lisboa, distingue-se das soluções portuenses mais próximas do "modelo culturalista", para utilizar a conhecida categorização de Françoise Choay. Observando as chaminés, o apoio das floreiras, os beirados ou o entrançado dos balcões na arquitectura do bairro republicano de Sidónio Pais no Porto, percebe-se os primeiros sinais de uma arquitectura que usava elementos uniformizados que radicavam na diversidade de soluções da cultura construtiva tradicional e que encontrava no debate sobre a "casa portuguesa" o seu fundamento. A esta mescla de posicionamentos acrescentar-se-á uma fugaz experimentação no desenho do espaço doméstico operário no encaço da nova prática veiculada pelo movimento funcionalista europeu.

Nesta última etapa, na reconfiguração da casa económica converge quer a componente normativa higienista veiculada pelo RSEU quer a sua componente ideológica pela importação dos valores estéticos e políticos do Movimento Moderno. Mas a maioria das soluções construídas em Portugal estarão longe da nova práxis arquitectónica e urbanística estimulada pelo processo de alojamento social da república de Weimar ou das HBM francesas, observando-se laivos de uma modernidade que mais não será do que uma simples actualização do invólucro com novo repertório decorativo depurado. As propostas de Cottinelli Telmo para o alojamento de famílias pobres algarvias eram referidas como "belos modelos de arquitectura moderna subordinada a um sentimento regional".⁴¹ O arquitecto Carlos Ramos projecta dois bairros económicos municipais, respectivamente para Olhão e Funchal,⁴² onde afirma o engajamento com a abstracção volumétrica. Com data admissível de 1929, o conjunto habitacional de Olhão era formado por 24 casas geminadas térreas com pátio interior, organizadas ao longo de uma rua privada que funciona como eixo de simetria da composição em planta. Tomando o estudo de Ricardo Agarez⁴³ sobre este "Projecto dum Bairro Económico", observa-se uma racionalidade e uma hierarquização de espaços que cria um sentido de ordem, vigilância e auto-regulação de natureza panóptica. Também, segundo o autor, confirma-se a preocupação em normalizar elementos construtivos vernaculares locais remetendo o desígnio modernista da proposta para a arquitectura popular. A maquete do bairro figurará no I Salão dos Independentes⁴⁴ de 1930 afirmando a relação da solução com o ambiente árabe da vila como efeito de propaganda a favor do Moderno em Portugal.⁴⁵ Esta necessidade de contextualização será suprimida nos dois bairros económicos municipais que em 1931 se propõe construir no âmbito do Plano de Melhoramentos do Funchal. Aqui, Carlos Ramos é inequívoco no uso de um léxico formal em sintonia com os postulados funcionalistas saídos do CIAM de Frankfurt sobre a relação do problema do "espaço mínimo" com a "luz", o "ar" e o "espaço livre" - "Die Wohnung fur das Existenzminimum".⁴⁶ Por contraponto à solução de casas em banda⁴⁷, o edifício colectivo de habitação apresenta uma composição

41 "Casa de 9 compartimentos, para o sul do país". In *A Arquitectura Portuguesa*. Ano XXVI, nº 8 e 9, Agosto e Setembro de 1933, p. 71

42 Para uma leitura de pormenor da obra do arquitecto Carlos Ramos consultar o trabalho, COUTINHO, Bárbara dos Santos - Carlos Ramos (1897-1969): Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição. Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001

43 AGAREZ, Ricardo - Algarve Building. *Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*. New York: Routledge, 2016 pp.149-164

44 Primeira de duas exposições realizadas na Sociedade Nacional de Belas Artes (Lisboa) cujo fim visava a divulgação de obras modernas em diversas áreas, nomeadamente em Arquitectura. FRANÇA, José-Augusto - História da Arte em Portugal: o modernismo. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 59

45 Cottinelli Telmo utilizaria também esta comparação para justificar a sua proposta de casas para famílias pobres como "belos modelos de arquitectura moderna subordinada a um sentimento regional". TELMO, Cottinelli - "Casa de 9 compartimentos, para o sul do país". In *A Arquitectura Portuguesa*. Ano XXVI, nº 8 e 9, Agosto e Setembro de 1933, p. 71

46 Tema do 2º congresso dos CIAM (Frankfurt - 1929) - "A habitação para as condições de vida mínima".

47 Note-se que, em relação ao bairro de moradias em banda, é apresentada uma variante onde a mesma solução funcional aparece numa "versão

volumétrica que faz uso da escada para pontuar no alçado a entrada, num jogo complexo de sombras que associa os volumes das varandas. Trata-se de uma proposta que explicita na sua forma o acesso vertical múltiplo, solução constantemente censurada por se afastar do ideal unifamiliar. Também se deve incluir nesta nova respiração o "Plano de uma Cidade-jardim a situar entre a Estrada Municipal da Abelheira e o caminho-de-ferro do Vale do Lima" de Rogério de Azevedo para Viana do Castelo. Se o tema do "bairro-jardim" era usado por Salazar pela sua automática ligação ao tema da casa bucólica isolada com horta, verifica-se que a proposta de Rogério de Azevedo era desviante sobretudo porque não contemplava de uma forma clara o fraccionamento associado à propriedade privada. Da análise ao anteprojecto, verifica-se que a solução não expressa delimitações de lotes, não hierarquiza logradouros e jardins; antes propõe uma vasta faixa de "terreno para horta a dividir" na zona poente e integra campos e parques de jogos no seio dos quarteirões. O pequeno aglomerado era constituído por casas isoladas, escola, creche e dois conjuntos para cooperativas de habitação. Os equipamentos e os dois blocos habitacionais organizavam o denominado centro cívico colocado no ponto focal, e auferem-lhe um carácter urbano oposto ao dos anéis periféricos onde se implantam casas unifamiliares com generosos jardins. No anteprojecto das moradias observa-se algum cuidado em tomar uma matriz espacial e morfológica suficientemente flexível para formar tipologias até quatro quartos, possíveis de serem agregadas em banda. O uso de envidraçados simples e colocação de telhado de uma água voltada para as traseiras, com conseqüente formação de vasta área de parede cega no alçado frontal, reforçaram a pureza e leveza do volume. Para além do recurso a estes dispositivos formais, a solução evidencia um desenho do espaço interior distinto daquela que era à data a prática corrente. Por exemplo, se nos detivermos sobre os compartimentos associados ao banho e à cozinha, verifica-se uma racionalidade na disposição e dimensão de espaços e uma complexificação funcional, a que não será alheia a provável introdução de equipamentos domésticos modernos.

Um último exemplo do esforço por alinhar com a experimentação internacional de vanguarda foi o Bairro Operário Conde de Monte Real projectado em 1932 pelo arquitecto Jorge Segurado para a Câmara Municipal de Cascais. A solução parte de uma malha rectangular onde se dispõem fileiras de habitações repetidas paralelamente, numa ordem que sugere a do plano da Siedlung Dammerstock de Walter Gropius (1883-1969) construída em 1928 e que Jorge Segurado terá visitado em 1931. Quando plenamente cumprido, o projecto daria origem a 133 fogos do tipo A, 123 do tipo B, uma escola, parques infantis, uma biblioteca e uma sede de cooperativa. Os dois tipos correspondiam a casas unifamiliares agrupadas em banda, com um ou dois quartos, tendo um núcleo distributivo formado pela "casa comum" à qual era agregada uma pequena zona de cozinhar e um banho. No relatório de obras e melhoramentos apresentado pelo então Presidente da Comissão Administrativa da Câmara, António Rodrigues Cardoso, o arquitecto foi elogiado nos seguintes termos: "Consciente do seu valor, que é grande, não transige nunca com os seus hábitos do passado que neste concelho eram regra em assuntos de estética. Meteu na ordem aquilo que andava arredado, pondo cada qual no seu lugar: os mestres-de-obras, os amadores de projectos e os criadores de estilos."⁴⁸

NOTA CONCLUSIVA

No seu sentido mais lato, a definição de Moderno corresponde a um grau maior de consciência moral, cultural e artístico de um processo histórico em "estado de ruptura" com o vigente para a melhoria das condições materiais da vida e modificação das relações de poder entre os grupos sociais. Ora, nestas primeiras décadas dominadas pelo republicanismo, a referida consciência nunca se tornou colectiva ou institucional, por conseguinte, nunca a construção da modernidade em arquitectura esteve comprometida com um programa sustentado de transformação social. Quando comparadas com as vanguardas, as obras modernas nacionais foram circunstanciais, inconsequentes e eminentemente fenómeno visual importado mas que não deixou de incorporar o vasto lastro de ordem sanitária e social do higienismo e da sua influência na emancipação espacial e expressiva das formas arquitectónicas da habitação social.

regionalista', socorrendo-se de elementos decorativos e construtivos ligados à tradição arquitectónica local.

48 Citação a partir de, D'ENCARNAÇÃO, José. Recantos de Cascais. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p.24.

CONTEXTO PROGRAMA PROJETO

ARQUITETURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

RUI JORGE GARCIA RAMOS
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA
MARTA ROCHA MOREIRA
SÉRGIO DIAS SILVA
(COORD.)

MAPA DA HABITAÇÃO
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE
A ARQUITECTURA HABITACIONAL
APOIADA PELO ESTADO
EM PORTUGAL (1910-1974)

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Ficha Técnica

TÍTULO

Contexto Programa Projeto:
Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação

COORDENADORES

Rui Jorge Garcia Ramos
Virgílio Borges Pereira
Marta Rocha Moreira
Sérgio Dias Silva

TEXTOS

Ana Cardoso de Matos
Carmen Espejel
Eliseu Gonçalves
Filipa Castro Guerreiro
Gisela Lameira
João Queirós
Jorge Mangorrinha
José António Bandeirinha
José Maria Brandão de Brito
Luciana Rocha
Luis Moya
Maria Fernanda Rollo
Orsina Simona Pierini
Paula Borges Santos
Paulo Almeida
Rui Jorge Garcia Ramos
Sérgio Dias Silva
Victor Pereira
Virgílio Borges Pereira

REVISÃO PORTUGUESA

Clemência Rêgo

DESENHO GRÁFICO

Luísa Sousa Ribeiro
Marta Rocha

EDITOR

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

ISBN

978-989-8527-30-1
1.ª edição digital, Porto,
dezembro 2019 [v7]

DIREITOS DE AUTOR

© desta edição, FAUP, Porto
© dos textos, os autores

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob qualquer forma sem a autorização expressa dos coordenadores e dos autores.

Livro publicado no âmbito do projecto de investigação “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)”, co-financiado pela ERDF através do COMPETE 2020 – POCI e fundos nacionais da FCT no âmbito do P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014.

SOBRE O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

NOME

Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)

Mapping Public Housing: A critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)

SITE

www.mappingpublichousing.up.pt

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Universidad Politécnica de Madrid
Escuela Técnica Superior de Arquitectura
Grupo de Investigación en Vivienda Colectiva [GIVCO]

Universidade Nova de Lisboa [UNL]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [FCSH]
Instituto de História Contemporânea [IHC]

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Letras [FLUP]
Instituto de Sociologia [ISUP]

EQUIPA

[FAUP | CEAU / FCT]

Rui J. G. Ramos
(Investigador Responsável)

Eliseu Gonçalves
(Coordenador)

Gisela Lameira (Bolseiro de Investigação)
Luciana Rocha (Bolseiro de Investigação)
Luísa Sousa Ribeiro (Bolseiro de investigação)
Maria Tavares
Marta Rocha
Raquel Geada Paulino
Sérgio Dias Silva (Bolseiro de Doutoramento)
Teresa Cáliz

[ETSAM | GIVCO]
Carmen Espejel
Daniel Movilla Vega

[UNL | IHC-FCSH]
Fernanda Ribeiro
Maria Fernanda Rollo

[FLUP | ISUP]
Virgílio Borges Pereira

CONSULTORES

[UMR | AUSser]
Monique Eleb
Jean-Michel Léger

[USL | AUHG]
Mark Swenarton

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Cristina Amil
Luís Urbano
Sara Martins
Silvano Rego

IMAGEM DA CAPA

General Óscar Carmona, Presidente da República [ao centro], Manuel Rebelo de Andrade, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência [à direita] e Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações [à esquerda] na inauguração do Bairro de Casas Económicas de Belém / das Terras do Forno [Lisboa, 1934-38, MdH BD a225] em 1938

Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais nº57, doc. 2186M.
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2186M
Imagem cedida pelo ANTT

IMAGEM DA CONTRACAPA

Trabalhos preparatórios da Exposição do Mundo Português com o Bairro de Casas Económicas de Belém / das Terras do Forno concluído em fundo.

Fotógrafo: Horácio Novais (1910-1988).
Data de produção da fotografia original: 1938-1939(?). [CFT164.102169]
Fundação Calouste Gulbenkian

NOTA

As referências [MdH BD aXXX] indicam o número de ficha dos projetos na Base de Dados do Mapa da Habitação, disponível para consulta em <http://mappingpublichousing.up.pt/>